

Câmara Distrital debate lei orgânica do DF

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

A autonomia política deu a Brasília um novo perfil, bem diferente do desenhado no passado entre desmandos da área federal e indicações de governadores biônicos feitas por presidentes da República. Além de ter empossado em janeiro passado o seu primeiro governador eleito pelo voto popular, a capital federal convive há oito meses com uma Câmara Legislativa, ou melhor, Distrital, onde 24 parlamenta-

res fazem o intermédio de propostas da comunidade com o Executivo. Tudo isso, tentando não cometer os mesmos vícios e incidir nos mesmos erros que a cidade vem registrando há 31 anos na história da Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O atual governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, eleito no ano passado com a maioria dos votos ainda no primeiro turno, garantiu com sua popularidade na cidade uma maioria na Câmara Distrital, mas isso não representa sua tranquilidade total para fazer o que bem entender.

Na semana passada, por exemplo, o plenário derrubou um de seus vetos ao projeto de fixação dos moradores pioneiros da invasão da Telebrasil, situada às margens do lago Paranoá, lembra a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB) — a única parlamentar brasileira que participou da Assembléia Nacional Constituinte e agora trabalha na elaboração da lei orgânica do DF, que tem o mesmo papel de uma constituição estadual.

Maria de Lourdes tem um dos projetos de lei orgânica mais completos da Assembléia Distrital, com o qual pretende inovar na caracterização detalhada do que é o Distrito Federal. "Brasília tem hoje funções de estado e município, além de ser a capital federal e ter recebido o título de patrimônio da humanidade pela Unesco", comenta a deputada. Ela lembra que a capital ainda tem que administrar todas as cidades satélites (no caso a perife-

ria do DF), as invasões ou favelas que crescem a cada dia com o grande fluxo migratório e todo um entorno, que poderiam ser municipalizados, mas a Constituição federal proíbe.

A situação é realmente complicada, tanto que a Câmara Distrital aprovou entre os 195 projetos de lei que foram apresentados durante seus primeiros oito meses de trabalho a proposta de criação de uma secretaria de articulação do entorno, através da qual o governo do Distrito Federal espera manter um entendimento constante com o governo de Goiás para o desenvolvimento econômico e social da região. A lei orgânica também deverá privilegiar essa questão, levando em conta sobretudo as sugestões vindas da sociedade. A deputada Maria de Lourdes, porém, adianta que 85% de sua proposta foi calçada em cima de itens da Constituição federal: "Nossa lei orgânica deve respeitar o texto federal". A previsão de conclusão é para setembro de 1992.

Apesar dos protestos iniciais dos parlamentares, a Câmara Distrital foi instalada provisoriamente num prédio da extinta Embraer — um local bem distante do centro da cidade e de difícil acesso —, até que a sede definitiva fique pronta.

O projeto, idealizado através de um concurso público promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, prevê a construção da sede da câmara próxima ao eixo monumental, paralela ao Palácio do Buriti, onde fica o governador Roriz.